



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E O MOVIMENTO DE EMPRESARIAMENTO DE CURSOS DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA NO RIO GRANDE DO SUL

Mara Rejane Vieira Osório

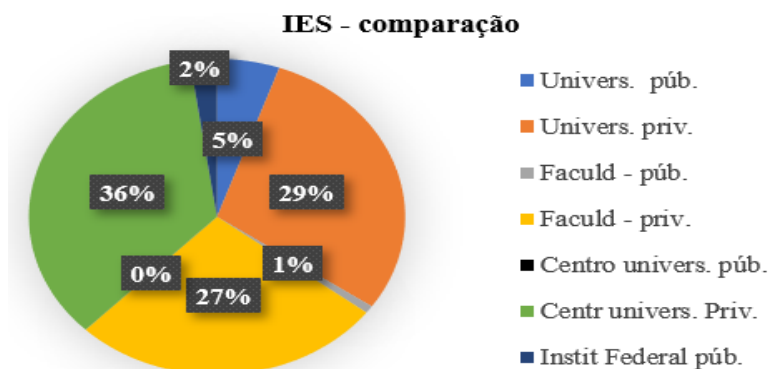
UFPel

mareos@gmail.com

Resumo

Este trabalho é parte de um estudo interinstitucional sobre cursos de pedagogia-licenciatura (CPL) ofertados em três estados da região sulina do Brasil (RS, SC e PR). O foco deste texto é o conjunto das informações adquiridas através de um levantamento quantitativo, realizado entre os anos de 2023 e 2024 através da página e-MEC com objetivo de conhecer a situação destes cursos no Rio Grande do Sul (RS). Com inspiração nos estudos sobre governamentalidade neoliberal (Foucault, 2008, 2013; Gadelha, 2016; Ambrózio, 2018; Brown, 2019), observo que está em andamento um perigoso movimento de empresariamento dos CPL. Sugiro que o empresariamento da formação, carregado de esperanças e promessas de inclusão, flexibilidade, qualidade, custo baixo e diplomação rápida, atua como uma tecnologia de subjetivação que produz práticas dirigidas a governar a formação docente pelo viés da racionalidade neoliberal pautada na modelo empresa (Foucault, 2008; Ambrózio, 2018) e na busca pela multiplicação da empresa como um “poder enformador da sociedade” (Foucault, 2008, p. 203). Com essa vontade de governar sujeitos pelos significados mercantis empresariais “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração” (Brown, 2019, p 16), que avança, como um vírus, e não mede esforços para contaminar tudo e todos. Os CPL, no RS, como indicam algumas evidências apresentadas a seguir, não ficaram fora deste movimento. As autorizações para funcionamento de CPL têm crescido de modo descontrolado no RS, especialmente, a partir do anos 2000: em 1990, iniciaram 13 cursos; entre 2000 e 2009, foram 47; entre 2010 e 2019, computamos 75; entre 2020 e 2023, mais 12 CPL autorizados. A data de início de outros 11 cursos não pareceu no e-Mec. No RS temos atualmente 173 CPL (juntando presencial e EaD) que estão sob responsabilidade de 130 IES (11 públicas e 119 privadas). Quanto a categoria administrativa desta IES, tem-se 3

Institutos Federais públicos, 45 Universidades (7 públicas e 38 privadas), 36 Faculdades (1 pública e 35 privadas) e 46 Centros Universitários privados. O Gráfico abaixo compara os tipos de IES.



Esses dados mostram que as IES privadas estão dominando as ofertas de CPL e com maior destaque para os centros universitários. Importante salientar diferenças que precisam ser analisadas, pois são dois tipos de IES privadas (com e sem fins lucrativos) e duas modalidades cursos (presencial e EaD). Na modalidade presencial, as IES com fins lucrativos possuem 13 CPL e as sem fins lucrativos contam com 33 CPL. Na modalidade EaD, há uma inversão: são 57 CPL ofertados por IES com fins lucrativos e 42 cursos sob responsabilidade de IES sem fins lucrativos. Outro aspecto que merece atenção é o número de vagas autorizadas para CPL na modalidade EaD. Alguns exemplo: a Universidade Paulista (UNIP), em 2023, tinha autorização para ofertar um quantitativo de 73.260 vagas em CPL, distribuídas nos três estados do Sul (PR, RS, SC). No RS, a disparidade entre vagas autorizadas para IES públicas e privadas é imensa: somando todas IES públicas (autorizadas para ofertar vagas em CPL pela modalidade EaD), temos o total de 2.044 vagas; um conjunto de IES privadas tem autorização para ofertar o total de 385.368 vagas. Uma curiosidade que parece ficar silenciada é o resultado da nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Observando os dados desta avaliação, no ano de 2023, identificamos que, no RS, a maior nota (5) foi atingida apenas por 3 instituições privadas (Faculdade Três de Maio (SETREM), Faculdade – CENEC, Centro Universitário Senac - SP). Como explicar essas evidência? O que leva essas IES a obterem este resultado de alta excelência? O que realmente mede este exame? Por quais



razões somente as licenciaturas passaram a ser avaliadas anualmente e os demais cursos não? Este movimento, com a crescente virada para a EaD, não é natural; não é apenas uma forma de ampliar o acesso, qualificar a formação, eliminar as desigualdades e diminuir custos em Educação Superior. Parece o contrário, é mais uma das práticas desta governamentalidade que busca produzir, conduzir e governar mentalidades, neste caso, docentes, comprometidas com significados de viés do mercado econômico: produtividade, eficiência, eficácia, habilidades, competências, etc. (Ambrózio, 2018). Como anunciado por Foucault em suas obras, o que está em jogo é o sujeito, é a produção contínua de tecnologias de subjetivação utilizadas para controlá-los e governá-los e a formação docente é uma delas. Ampliar, estimular, favorecer, fortalecer e enaltecer as IES privadas como locus de formação para os CPL é, de certo modo, contribuir para que esse modelo empresarial possa ser referência para constituir modos de ser docente que irão atuar na Educação Básica. No entanto, antes de tratarmos deste movimento nefasto como inevitável, é importante pensarmos o que fazer com as evidências que temos, pois sabemos onde mora o perigo. Lembrando as palavras de Foucault (2013, p. 276), parece que a saída é “usar a resistência como catalisador químico”; não para atacar instituições, grupos, classe, Estado, mas essas técnicas políticas de subjetivação e governo em crescente andamento. A forma empresarial na formação docente é o motor a ser recusado, denunciado, atacado e transformado porque nenhum significado ou razão pode ser definitivamente fixado.

Palavras-chave: Pedagogia, Governamentalidade, Empresariamento

Referências

- AMBRÓZIO, A. **Empresariamento da vida:** a função do discurso gerencialista nos processos de subjetivação inerentes à governamentalidade neoliberal. Curitiba: appris, 2018.
- BROWN, W. **Nas Ruínas do Neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** 1.ed. São Paulo, Martins Fortes, 2008.
- FOUCAULT, M. (1926-1984) **Ditos e Escritos**, volume V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.



FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. E RABINOW. Michel **Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.